

# Vozes do rio, onça, árvore: conversas entre gentes no romance de autoria Tuxá

## Vozes do rio, onça, árvore: conversas entre gentes no romance de autoria Tuxá

Dossiê: Literatura,  
Natureza e Cultura

Randra Kevelyn Barbosa Barros\*

ORCID: 0000-0003-3881-1063

E-mail:  
rkbb Barros@uesc.br

Recebido: 16/06/2025  
Aprovado: 14/09/2025

### Resumo:

Os conhecimentos e filosofias dos povos originários por vezes incentivam a construção de uma relação outra entre o ser humano e demais seres vivos. Esse pensamento está presente especialmente nas literaturas de autorias indígenas, que deslocam as representações comuns e pouco valorizadas dos seres não humanos. Levando em consideração a relevância desse processo de reconexão, este trabalho busca analisar como o romance *O que falam as águas?* (2022), de Ezequiel Vitor Tuxá, representa elementos da natureza e outros animais (rio, árvore e onça) como gente, com voz e corpo, que interage com o protagonista da trama, e se traduz em palavra e imagem, tendo em vista que a obra é ilustrada pelo autor e por Zulmira Correia. A dimensão analítico-crítica do estudo demanda o percurso metodológico de cunho bibliográfico, recorrendo principalmente à produção intelectual indígena (Ailton Krenak, 2018; Graça Graúna, 2013; entre outros). Assim, o trabalho contribui com os debates contemporâneos acerca da forma como a literatura discute questões ecológicas e sobre as potências estético-imaginativas e filosóficas dos romances de autorias indígenas.

### Palavras-chave:

ecologia; alianças afetivas; *O que falam as águas?*; Ezequiel Tuxá; literaturas indígenas brasileiras contemporâneas.

### Abstract:

The knowledge and philosophies of Indigenous peoples often encourage the construction of an alternative relationship between humans and other living beings. This thought is especially present in Indigenous-authored literatures, which challenge common and undervalued representations of non-human beings. Considering the importance of this process of reconnection, this paper seeks to analyze how the novel *What Do the Waters Speak?* (2022), by Ezequiel Vitor Tuxá, represents elements of nature and other animals (river, tree, and jaguar) as people, with voice and body, interacting with the protagonist of the story, and how it translates into words and images, given that the work is illustrated by the author and Zulmira Correia. The analytical-critical dimension of the study requires a bibliographic methodological approach, primarily drawing on Indigenous intellectual production (Ailton Krenak, 2018; Graça Graúna, 2013; among others). Thus, the paper contributes to contemporary debates on how literature discusses ecological issues and the aesthetic-imaginative and philosophical potentials of Indigenous-authored novels.

\*Professora do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Ilhéus/BA), onde atua na graduação e como docente permanente no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações (PPGL). Coordenadora do KAWÉ – Núcleo de Estudos Afro-baianos e Indígenas Regionais (NEABI/UESC). Doutora em Literatura, Cultura e Contemporaneidade (PPGLCC), pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). É autora do livro *O canto de Graúna: uma poética da heterogeneidade nas literaturas indígenas brasileiras contemporâneas* (EDUNEB, 2022).

## Keywords:

ecology; affective alliances; *What Do the Waters Speak?*; Ezequiel Tuxá; contemporary Brazilian Indigenous literatures.

## Escutando mais bocas

Pensemos: o mundo tem mais orelhas que bocas. Mesmo assim, nele só se fala, fala e fala. Esquecemos dos ouvidos, mesmo eles grudados em nós. E quem fala, digo: tem voz a partir dos locais de poder, é o já mencionado pequeno grupo de bocas (as do patriarcado branco e careta). *Então é preciso que outras bocas humanas falem*, e estas são as indígenas, pretas, travestis, da Amazônia e as dos *mundões de gentes*, cujas experiências podem ser base para outro mundo. Mas não é só de gente que é feito o planeta – e vimos que só ouvir (parte d) a espécie, também gerou irreversíveis crises políticas, ambientais, socioculturais e espirituais. *É preciso ouvir mais para além de nós*. Você já aprendeu algo com outro animal? Já se percebeu diferente ao estar com uma árvore? Pois é, as outras criaturas são maioria no mundo, vivem suas próprias vidas, cada uma ao seu jeito único, e têm muito a nos ensinar: seja por um contato que nos faz lembrar de nós, seja pela experiência que nos permite imaginar que outros mundos podemos ser (UYRA, 2022, p. 77, grifos nossos).

Cada vez se torna mais evidente que desconsiderar os “mundões de gentes” que vivem na Terra é perigoso. A nossa visão antropocêntrica, que coloca o ser humano como centro do universo é a base do pensamento ocidental, e tem destruído a nossa maneira de se relacionar com os seres que têm diferentes formas de existir.

A artista UYRA<sup>1</sup> (2022, p. 77) acredita que dois movimentos são fundamentais para descentralizar esse pensamento egocêntrico: “Então é preciso que outras bocas humanas falem”; “É preciso ouvir mais para além de nós”. No primeiro caso, chama-se atenção para o fato de que a ideia de isolamento e superioridade humana tem sua origem no pensamento de grupos sociais privilegiados, que se colocaram como centro do mundo, “um pequeno grupo de bocas” que detém o poder. Diferentes povos que foram historicamente silenciados são “outras bocas humanas”, as quais também falam e suas vozes são emudecidas. É preciso ouvi-las.

Por outro lado, não cabe apenas ampliar as possibilidades de fala e escuta a partir de uma multiplicidade de perspectivas e corpos sociais, é indispensável também pensar “para além de nós”. Deslocando o nosso ouvido, escutaremos os animais outros, seres vegetais, minerais, entre diferentes criaturas. Para Maria Esther Maciel (2023), subjetividades alternativas têm se tornado presentes com mais intensidade na literatura contemporânea. Há escritores(as) que atribuem “[...] uma centralidade maior às vidas animais, à luz das reflexões contemporâneas sobre os problemas éticos, políticos e ecológicos que incidem em nossas relações com esses viventes” (Maciel, 2023, p. 42). Levando em consideração o processo de extinção de várias espécies, o aumento de problemas ambientais que também impactam a vida das pessoas, as produções literárias têm nos permitido refletir sobre essas questões, expandindo o nosso olhar para perceber que a Terra é constituída por uma pluralidade de corpos.

---

<sup>1</sup>Tendo em vista que a artista assina dessa forma, optou-se por deixar a palavra escrita em letras maiúsculas.

O entendimento de reconexão com o planeta tem sido mais divulgado e trabalhado recentemente, porém as filosofias indígenas há muito tempo nos alertam para a necessidade de construção de modos outros de interação com a Terra. Cacique Babau (2022), a partir das experiências na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sul da Bahia, região de Mata Atlântica, explica que é preciso construir uma parceria com os animais e as plantas para que tanto eles quanto as pessoas possam viver dignamente. Para a liderança, os desequilíbrios socioambientais acontecem por causa desse desrespeito e violência que praticamos com a natureza. Babau (2022) apresenta como exemplo o uso de inseticidas para matar abelhas, que contribuía para a produção de cacau com a polinização:

Esqueceram-se do detalhe de que eram elas que faziam o cacau produzir mais. Prejudicaram as abelhas e nós também, que sabíamos que a abelha era fundamental nas roças de cacau. Nunca matávamos as abelhas. Bebíamos o mel e as largávamos lá, para fazerem o trabalho que não sabíamos fazer, pois *cada um faz sua parte. É uma parceria*: ao mesmo tempo que elas fecundavam as flores trocando o pólen, faziam o mel saboroso – e ainda tinha o cacau (Babau, 2022, p. 144, grifos nossos).

Se “cada um faz sua parte” (Babau, 2022, p. 144) e cada existência é respeitada, há consequências positivas para todo mundo: as abelhas, o cacau, o povo Tupinambá, os não indígenas. Caso contrário, todo um ciclo de vida é quebrado e impacta não apenas a vida das polinizadoras, mas também as sociedades que cultivam e se autossustentam a partir da terra. O pensamento de que “A terra nos deu tudo” (Babau, 2022, p. 148) faz a liderança refletir que o egocentrismo do ser humano não se sustenta e é extremamente violento:

Como podemos achar que somos os únicos com direito à terra? E o direito dos pássaros de ter suas árvores para pousar, cantar e fazer ninho? E o direito da preguiça de ter sua árvore para morar? E o direito do tatu de ter uma terra para cavar e morar dignamente? Por que só o ser humano acha que pode viver dignamente sobre a terra? Nós, Tupinambá, não pensamos assim (Babau, 2022, p. 148-149).

Todos os seres têm direito à terra e a viver dignamente sobre ela. Essa filosofia nos convoca a pensar para além do eu, entendendo que há também o “direito do outro” (Babau, 2022, p. 150), que neste caso pode ser gente, bicho, planta. Cabe, portanto, pensar que o chão em que pisamos é habitado por muitas gentes e que elas também têm direitos, os quais – ao serem violados – provocam não apenas a morte desses seres, mas também dos próprios seres humanos, os quais intensificam um processo evidente de autodestruição.

Reivindicando a ampliação de horizontes nas discussões ambientais, Ailton Krenak (2018) explica sobre os sentidos da palavra “ecologia”, especialmente defendendo que o termo é ligado a ideias sobre um lugar. Segundo o filósofo, “Ecologia, para quem vive em uma floresta, é floresta viva a respirar e a inspirar: a vida da floresta é o suporte para a materialidade e a espiritualidade da existência, da cultura e da produção/reprodução da subsistência” (Krenak, 2018, p. 1). Há a construção, portanto, de sujeitos coletivos em interação com o lugar, mas que a violência colonial provocou uma cisão. O sujeito coletivo

se tornou sujeito individualizado atravessado pela disseminação do capitalismo, por isso frequentemente o humano não se vê mais como parte intimamente conectada com o contexto maior da vida na Terra.

Krenak (2018, p. 1) afirma: “A ecologia política, pela epistemologia contra-hegemônica que propomos, é um projeto que reconstrói essa relação entre sujeitos coletivos e a existência orgânica em comum [...]”. Essa reconstrução, urgente para os não indígenas, tem sido proposta também pelas autorias indígenas na produção contemporânea no Brasil. Para além das expressões orais milenares nas comunidades, com a publicação de poemas, contos, romances, escritores e escritoras de diferentes povos originários debatem uma pluralidade de temas. Dentre eles, o que mais se destaca diante do contexto de crise climática que vivemos é a discussão ambiental.

A crítica literária potiguara Graça Graúna (2013, p. 84) declara: “Respeitando as diferenças, pode-se dizer que as manifestações literárias indígenas são reveladoras de uma convergência temática, sobretudo no que diz respeito à Mãe Terra [...]”. As palavras “meio ambiente” e “natureza” são substituídas por uma expressão: “Mãe Terra”. Essa ideia de que o planeta, para além da nossa casa comum, é uma mãe sugere uma relação afetiva com a Terra, de cuidado e respeito. Se ela gera todos os seres, a nossa existência física e, por vezes, espiritual vem dela, a reciprocidade da parte do ser humano também precisa existir.

As literaturas indígenas podem nos sensibilizar para que escutemos mais bocas. O romance *O que falam as águas?*, de Ezequiel Tuxá, integra esse movimento literário e desloca os nossos ouvidos para estarmos atentos também às vozes das gentes que vivem no planeta e frequentemente são ignoradas; ao mesmo tempo em que nos mostra que “[...] as outras criaturas são maioria no mundo, vivem suas próprias vidas, cada uma ao seu jeito único, e têm muito a nos ensinar [...]” (UYÁRA, 2022, p. 77). Estaríamos dispostos a aprender?

## Vozes do Opará, labalu e Jurema: expansões de ser gente em *O que falam as águas?*

Filho da Aldeia Tuxá Kiniopará, Ezequiel Vitor Tuxá nasceu na cidade de Ibotirama, Bahia, em 1997. É psicólogo; artista, participando de exposições de artes indígenas contemporâneas; e escritor, autor do audiolivro *Tuxá Kiniopará: um presente do passado para o futuro* (2021) e do romance *O que falam as águas?* (2022). A obra foi publicada por meio do projeto de extensão “LIVRO-LUGAR: edição de narrativas de comunidades tradicionais”, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que incentiva estudantes indígenas e quilombolas a escreverem suas histórias. A capa do livro já

sugere uma estética azul para a obra, que conflui com as águas em que um menino indígena mergulha. Observamos também que o nome do livro e do autor é escrito de forma horizontal, seguindo o fluxo de um rio:

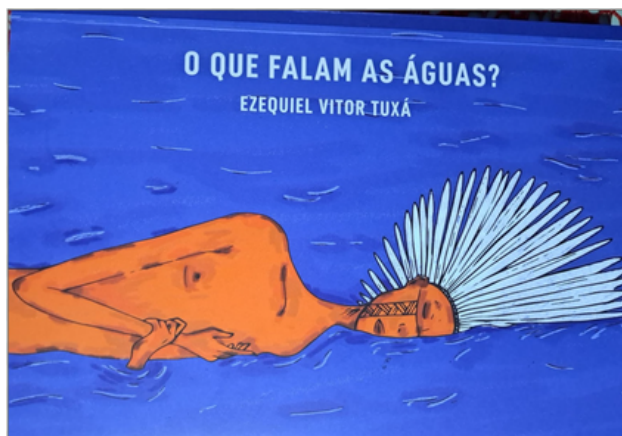


Figura 1. Capa do livro *O que falam as águas?* (2022).  
Foto: autora do texto.

O romance é ilustrado por Ezequiel Tuxá e Zulmira Correia. O livro narra a história de Joaquim, um menino de doze anos que tem uma trajetória semelhante à do personagem Moacir, em *Iracema*, de José de Alencar. No romance de Alencar, publicado pela primeira vez em 1865, a indígena tabajara Iracema e o homem português Martim se apaixonam e desse relacionamento nasce Moacir. No entanto, a mulher indígena morre ao final da trama e seu filho é levado pelo pai para Portugal.<sup>2</sup> Joaquim também é filho de pessoas que integram sociedades diferentes.

No início do livro do escritor indígena, um flashback mostra o envolvimento amoroso entre Añi, filha do Cacique Eduardo da aldeia Tuxá, em Rodelas; e Pedro – homem branco brasileiro e escritor. Apesar de ser contra esse relacionamento, o cacique permitiu que os dois se encontrassem sob sua vigia. A história aponta que o cacique “[...] aprendeu com seus antepassados e com as experiências como líder do seu povo a não confiar em nenhum homem branco [...]. Ainda mais com todas as perseguições, mortes e até um projeto de construção de barragem que os Tuxá enfrentavam por serem donos de ilhas férteis, em especial a ilha da Viúva” (Tuxá, 2022, p. 20). Apesar dessa desconfiança, o cacique apoia o casamento entre Añi e Pedro.

Os dois têm um filho que é registrado com o nome Joaquim e, no presente, é criado apenas pelo pai, pois sua mãe faleceu. O menino não sabe de seu pertencimento Tuxá, seu pai apenas diz que a mãe foi “pega no laço”<sup>3</sup> e não conhecia de qual povo indígena era.

<sup>2</sup>A leitura de Antônio Paulo Graça (1998) acerca desse romance revela camadas geralmente esquecidas: a violência que Iracema e seus irmãos sofreram, tal como o desamor de Martim. O estudioso conclui que há a construção de uma “poética do genocídio” na trama, especialmente pelo uso da estratégia do “embelezamento do horror”, na qual todo o sofrimento da protagonista é camuflado com descrições poéticas e paradisíacas da natureza.

<sup>3</sup>Kaê Guajajara (2020, p. 34) explica que a expressão se refere à “[...] cultura do estupro da mulher indígena no Brasil, foi fomentada sobretudo quando esse estupro era legitimado legalmente quando, por exemplo, o alvará régio de 4 de abril de 1755, que incentivava o ‘casamento’ de portugueses com mulheres indígenas, retirando qualquer acusação e infâmia contra o português além de lhe conceder terras

Pedro vive com ele na cidade de Porto dos Enxutos, longe do território do povo de Añi, que foi alagado com a construção de uma hidrelétrica. A barragem não apenas sufoca o rio, mas também as pessoas que ali viviam, causando uma destruição que alcança os âmbitos morais e psicológicos.

Joaquim se sente desajustado, tanto na relação com o pai quanto em sua escola: “Ninguém o entendia, ou melhor, não era relevante. Um garoto de cor marrom, incomum, estudando naquele colégio de gente branca... *Por que está aqui?*... Ele conseguia ler na testa das professoras essa pergunta” (Tuxá, 2022, p. 33). É chamado de selvagem pelos colegas, repreendido pela professora quando questiona a narrativa de “descobrimento” do país. Enfim, o espaço da escola é um lugar de dor para o menino.

Com curiosidade, o personagem lê as obras da biblioteca de seu pai e notícias de jornal. Encontra o livro *O rio São Francisco nasceu das lágrimas de Irati*, que apresenta a história desse rio:

Os indígenas já habitavam a bacia do rio São Francisco e chamavam o rio de Opará, que significa, em tupi, rio-mar. Mas, com a chegada dos viajantes Américo Vespúcio e André Gonçalves, o nome foi modificado para rio São Francisco em homenagem ao dia 4 de outubro, dia de São Francisco de Assis (Tuxá, 2022, p. 31).

O nome atribuído ao rio São Francisco, que antecede o processo de colonização, é ancestral e milenar, reflete o modo como os povos originários se relacionam com essas águas. Opará, o rio-mar, tem vida e pode ser considerado gente. Há uma violência simbólica por trás da atitude de tomar posse das terras batizando os lugares, e assim negar a existência dos próprios habitantes que tenham realizado esse processo. Manuela Cunha (1992, p. 5) ressalta: “A cada lugar, o nome do santo do dia: Todos os Santos, São Sebastião, Monte Pascoal. Antes de batizarem os gentios, batizou-se a terra encontrada. De certa maneira, desta forma, o Brasil foi simbolicamente criado. Assim, apenas nomeando-o, se tomou posse dele, como se fora virgem”. No caso dos rios, a renomeação simboliza também uma mudança de concepção: o que era considerado um ser vivo, com um nome próprio e afetivo para as comunidades locais passa a ser visto como um recurso que pode ser encarado como um entrave para o suposto “progresso”. O rio é submetido aos interesses exploratórios e violentos dos não indígenas, que o veem apenas como um objeto a ser utilizado a serviço das necessidades humanas.

Joaquim se sente abraçado quando mergulha nas águas do Opará. Consegue conversar com ele. O rio lhe conhece muito bem e te dá os caminhos para entender melhor a si mesmo. Na primeira vez em que faz esse mergulho, ouve das águas: “– Ña dzu pikangri.../– Na água tem o que deseja. O que deseja está aqui dentro – disse uma voz grave” (Tuxá, 2022, p. 45). Apenas Joaquim consegue escutar essa voz. A ilustração do romance mostra a interioridade do personagem e como há alterações subjetivas no contato com o rio:

---

por este ‘feito’. Ao mesmo tempo, registros da época contam como esses casamentos eram contraídos, com violentas caçadas a mulheres indígenas, gerando a expressão popular de ter a ‘avó pega no laço’. Essa cultura do estupro existe até hoje em todo Brasil, onde mulheres indígenas são continuamente estupradas e nada acontece sobre isso, muitas vezes ninguém sabe, mesmo que elas voltem com vida”.



Figura 2. As águas dentro de Joaquim, p. 48-49.  
Foto: autora do texto.

Na figura 2, notamos que – ao se comunicar com Opará – as águas invadem o corpo do menino. E agora ele consegue perceber o quanto estava perdido dentro de si, seja por não saber a própria origem, ou seja pela violência sofrida no ambiente escolar. Escutar essa voz muda a perspectiva do garoto, que deseja se banhar cada vez mais nessas águas para descobrir sobre si mesmo. O menino não relata a seu pai sobre essa experiência, pois sabe que Pedro não entenderia. Afinal, é possível ouvir palavras do rio? Ailton Krenak (2022, p. 13) afirma: “sempre estivemos perto da água, mas parece que aprendemos muito pouco com a fala dos rios”. O filósofo defende que precisamos de um “exercício de escuta” (Krenak, 2022, p. 13) para reconhecer o “[...] ser água e viver essa incrível potência que ela tem de tomar diferentes caminhos” (Krenak, 2022, p. 14). A ideia de se sentir parte do rio, como se aquele corpo também fosse o seu, é experimentada por Joaquim.

Os pesadelos do garoto são sugestivos: “Aquele grito, aqueles corpos mortos, aquela onça, aquela árvore... o rio sempre presente... O rio queria te contar algo, e ele estava disposto a ouvir” (Tuxá, 2022, p. 62). Por se sentir entendido e perceber que Opará teria muito a lhe ensinar sobre sua própria história, o menino interroga o rio, que responde: “– Calmaria, pequeno – adiantou o rio – Antes você precisa esvaziar-se para ser preenchido, desaprender para aprender. Está cheio demais” (Tuxá, 2022, p. 62). Opará afirma que alguns amigos dele contarão histórias para o protagonista. O garoto perguntou o porquê dessa narração e é respondido: “– Pequeno, toda história é encanto. Atravessa vidas. Boas ou ruins são ensinamentos. É o que sustenta quem somos e tudo o que somos é herança ancestral. As histórias são a vivacidade da memória e, sem elas, tudo cai no esquecimento” (Tuxá, 2022, p. 64). São as histórias que permitirão a Joaquim conhecer de fato a sua

própria existência.

A primeira história foi contada por uma onça preta. O menino fica surpreso e pensa: “*Uma voz misteriosa que diz ser o rio e agora uma onça preta que fala?*” (Tuxá, 2022, p. 81). Ainda assim, a seguiu e ouviu o que o animal tinha a dizer. Nesse momento, a onça explica uma narrativa e depois afirma que aquela é a sua própria história de vida. Iabalu era um guerreiro respeitado em sua comunidade, que tinha uma esposa e duas filhas. “Ele era o escolhido dos Encantados da Mata. Foi-lhe dado o dom de se transformar em um animal feroz, mas Iabalu negava-se a usar o dom até nas guerras mais precisas. Iabalu não tinha conhecimento de toda a sua força, pois se contentou com o seu corpo de homem...” (Tuxá, 2022, p. 82). Quando sua mãe foi morta por um homem branco, ele enfim se transformou em onça por causa de sua fúria. Incontrolável, matou a própria companheira que tentou acalmá-lo.

Como explica Ezequiel Tuxá (2022, p. 82), “Era como um pássaro que não sabia voar, uma vez que nunca teve a audácia de sair do ninho. [...] Por anos ele permaneceu onça, tomado pela raiva, culpa e pelo ressentimento, amaldiçoando em esturros o monstro que havia se tornado”. Iabalu se isolou para não machucar as filhas. No entanto, homens brancos incendiaram a comunidade onde morava. E, quando chegou para socorrer seus familiares, as filhas já estavam mortas. “Iabalu, desde então, não mais foi homem bondoso e deixou que a raiva o consumisse por inteiro, novamente” (Tuxá, 2022, p. 83). O dom de se transformar em onça não foi retirado de Iabalu e lhe ensinou sobre a raiva, um sentimento também vivenciado por Joaquim, que aprendeu a confrontá-lo escutando as palavras da onça.

É interessante notar aqui a subjetividade animal. Iabalu já foi pessoa, mas – na forma onça preta – fala de si, da própria existência, sem intermediários. E o menino consegue se entender melhor ao se enxergar um pouco na história de Iabalu, especialmente sobre como a raiva é autodestrutiva. O animal aconselha: “Pense: se eu permitisse entender minha raiva ao invés de abafá-la? Se eu antes aprendesse com a onça que habita em mim” (Tuxá, 2022, p. 84). Essas palavras reverberam as ideias de UÝRA (2022, p. 77): “Você já aprendeu algo com outro animal?”. Joaquim estava aprendendo a entender os motivos de sua raiva para tentar lidar com ela dentro de si:



Figura 3. Pé e pata, p. 88-89.  
Foto: autora do texto.

Na figura 3, fica evidente o processo de transformação de um homem-onça. Nesse caso, o pé humano pode ter características de outros animais, assim como a pata adquire dimensões humanas. Nesse sentido, a interação é inevitável e, em um mesmo corpo, pode habitar várias existências de maneira fluida, sem uma forma se sobrepor a outra. Ser onça ensina também a Joaquim entender a própria fúria que estava incontrollável em seu interior.

A segunda história, narrada por outro amigo de Opará, é da jurema. A árvore ficou conhecida na história da literatura brasileira em virtude do romance *Iracema*. Nele, a protagonista afirma que “[...] guarda o segredo da jurema e o mistério do sonho. Sua mão fabrica para o Pajé a bebida de Tupã” (Alencar, 2008, p. 27). O autor coloca uma nota de rodapé explicando que a bebida preparada a partir da árvore da jurema provoca alucinações. No entanto, nessa narrativa, a jurema não tem agência humana. É uma bebida sagrada e simbólica de um povo. Em *O que falam as águas?*, ela será representada de uma maneira totalmente diferente, a começar pelo fato de que fala por si própria. Jurema é descrita como uma pessoa:

Era uma árvore-gente, com cabeça, tronco, membros, galhos entrelaçados que se crepitavam, gemiam a cada movimento. Tinha grande e profundos olhos negros, cheios de estrelas esverdeadas, douradas e prateadas. Inesquecíveis olhos. Olhos de universo, refletindo todo o céu daquele lugar. Todas as repostas da criação pareciam estar ali escondidas dentro deles. Sua boca era um emaranhado de galhos e flores brancas. A vontade quase implacável era mergulhar naquela boca, que mais parecia um portal, e ir ao encontro do paraíso, rumo à felicidade eterna. Para conversar com a árvore, Joaquim precisava inclinar a cabeça para cima e, assim, vendo a lua atravessar seu tronco e o vento fazer as folhas no topo de sua cabeça dançarem tal qual seu ritmo (Tuxá, 2022, p. 98).

A anatomia da árvore é humana. E, mais do que isso, ela tem voz: “– Vou te contar minha história, pequeno – Jurema ergueu os galhos que pareciam braços” (Tuxá, 2022, p. 99). A árvore mostra a Joaquim o dia em que se encantou. Era uma menina alegre que brincava com seus pais à beira do rio até que, de repente, escutou um barulho de tiro e seus pais ficaram caídos no chão. “O colono jogou jurema com força na areia. Jurema tentou correr, mas um deles a agarrou e jogou no chão novamente. – Corte as suas pernas, assim ela não irá fugir e contar aos outros – ordenou o senhor sem um pinga de humanidade. – Morrerá antes do amanhecer” (Tuxá, 2022, p. 102). As pernas da menina foram arrancadas e jogadas no rio. Jurema chorou ainda mais, seguindo o conselho do rio: “– Chore como se fosse cachoeira – disse o rio. – Regue a si própria. Floresça” (Tuxá, 2022, p. 104). A menina se transformou em árvore grande de tronco firme.

Jurema aconselha Joaquim a chorar. O menino reprime os próprios sentimentos, pois seu pai lhe ensinou que o choro deve ser engolido, pois seria sinônimo de fraqueza. Mas escuta: “– Esse choro não será de fraqueza, pelo contrário, será de resistência, renovação e recomeço. Esvazie-se das lágrimas que o incham, deixe-as escorrer. Permita-se sentir tudo! – disse Jurema aumentando o tom da voz” (Tuxá, 2022, p. 105). Assim, o menino consegue chorar e expressar seus sentimentos.



Figura 4. Jurema, p. 116-117.  
Foto: autora do texto.

Na figura 4, observamos a menina-árvore no meio da cidade, em frente a grandes prédios. Com a imagem, visualizamos os galhos como pescoço e o rosto de Jurema, uma árvore-gente que ajudou Joaquim a existir. É interessante notar que tanto ela quanto Iabalu foram pessoas antes de se tornarem planta e animal. Ao reencontrar a mãe Añi enquanto atravessavam o rio, o menino descobriu “– Que as histórias que os amigos do rio lhe contaram eram de suas vidas passadas, Tuxá – emendou a mãe” (Tuxá, 2022, p. 120). O garoto já tinha encontrado cartas de sua mãe afirmando que seu nome, atribuído por Añi, era Tuxá. O menino, em um primeiro momento, não acredita que tenha experienciado vidas passadas nas formas não humanas. Mas sua mãe continua explicando o porquê disso: “– A onça que não sabia controlar sua raiva no passado lhe ensinou a rugir no presente. A menina que aprendeu a florescer no passado chorando sua dor lhe ensinou a mostrar suas fragilidades no presente – a mãe tocou seus dedos longos no queixo de Tuxá. – O passado ensina o presente” (Tuxá, 2022, p. 120). Ensinaamentos de vidas passadas não humanas: a princípio essa ideia soa estranha para nós, não indígenas, especialmente pela agência viva atribuída a esses seres. Por vezes, pela racionalidade ocidental, esse pensamento apenas caberia como uma metáfora. No entanto, para muitos povos originários esse processo não é metafórico, é real:

Ao contar a sua história, um índio, um clã, uma tribo parte do momento em que sua essência-espírito permeou a terra e relata a passagem dessa essência-espírito pelos reinos vegetal, mineral e animal. Há tribos que começam sua história desde quando o clã eram seres do espírito das águas. Outras trazem a sua memória animal como início da história, assim como há aquelas que iniciam a sua história a partir da árvore que foram (Jecupé, 1998, p. 14).

Nesse sentido, como pontua Kaká Jecupé (1998), há sociedades que entendem que a sua vida na forma humana não é a primeira e nem será a única. A memória ancestral é antiga, desde que assumia outras existências. E essas filosofias não podem ser ignoradas. Esse modo de se relacionar pode ser pensado a partir da noção de “alianças afetivas”, proposta por Ailton Krenak (2017). Para o autor, “[...] aliança na verdade é um outro termo para troca. [...] consegui avançar para uma ideia de alianças afetivas – em que a troca não supõe só interesses imediatos. [...] E esse valor de troca supõe continuidade de relações” (Krenak, 2017, p. 61). Essas relações ocorrem entre diferentes seres e não se restringem ao ser humano. Há um diálogo constante, troca intensa, entre formas diversas de existência.

## Alianças afetivas literárias: escutas, sensibilidades e pensamentos

A perspectiva pela qual enxergamos o mundo está influenciada pelo antropocentrismo. Por vezes, pensamos que a espécie humana é a única que habita o planeta e teria o direito de “viver dignamente sobre a terra”, se dialogarmos com as ideias de Cacique Babau (2022). Não

somos. Além de nós, têm muitas gentes. Existências que mal enxergamos por olharmos com frequência apenas para nós mesmos. Ativar a audição pode ser um caminho para ouvirmos além e perceber que dá para existir de uma maneira diferente.

As literaturas indígenas têm nos guiado nesse processo de deslocamento e atravessamento por vozes outras. Defendendo que a terra é uma mãe, as concepções de escritores e escritoras expandem o nosso modo de encarar o mundo. Essas autorias, de integrantes dos povos originários no Brasil, nos provocam para a construção de percepções mais amplas sobre a vida, radicalmente contrárias ao sistema hegemônico exploratório que estamos submetidos e que produz muitas mortes.

*O que falam as águas?*, de Ezequiel Tuxá (2022), a começar pelo título já nos impele: as águas de fato têm alguma voz, podem falar? Mais do que isso: é possível ouvir e entender o que elas dizem? Parece uma tarefa difícil, e é. Mas podemos aprender com as histórias. Joaquim, Opará, Iabalu e Jurema conversam sobre assuntos sensíveis. Um menino de doze anos que teve sua história negada, que mal sabe quem é, encontra a cura ao dialogar com o rio – hoje conhecido como São Francisco. A frase inicial que ouve ao mergulhar nessas águas (“Ña dzu pikangri”/Tuxá, 2022, p. 139) agora adquire um outro sentido. A expressão na língua Dzubukuá, idioma do povo Tuxá, aconselha: “A água cura” (Tuxá, 2022, p. 140). Opará é gente, e convocou seus amigos para ajudar Joaquim.

As histórias de Iabalu, o homem-onça, e Jurema, a menina-árvore, mostram que a separação entre o ser humano e a natureza não se sustenta. Pelo pensamento de muitos povos originários, há – na verdade – uma fluidez, pois as pessoas já foram animais, vegetais, minerais; e esses seres também adquirem posição humana. As alianças afetivas são intensas nesses casos em que se acredita nas vozes da Terra.

No romance, o humano é descentralizado enquanto única fonte de conhecimento. O rio, a onça e a árvore também possuem sabedoria, e muitas ideias a ensinar. O fluxo das águas ensina sobre paciência e o mergulho fundo dentro de si para se conhecer melhor; a onça preta mostrou que é preciso entender a própria raiva para tentar administrá-la; e a árvore expôs que se deixar transbordar também é importante, o choro expressa o que está dentro e traz leveza à vida.

As gentes falam e os seus dizeres estão presentes ao nosso redor. Só precisamos observar e abrir cada vez mais os ouvidos. *O que falam as águas?* é um livro que provoca deslocamentos de escutas, sensibilidades e pensamentos. A obra expande os nossos horizontes e percepções para enxergarmos muito além. Ao final da leitura, uma pergunta ressoa: conseguiríamos conversar com todas essas gentes também? O que falam as águas? é um convite.

## Referências

- ALENCAR, José de. *Iracema*. Campinas: Editora Komedi, 2008.
- BABAU, Cacique. *É a terra que nos organiza*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2022.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil* (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRAÇA, Antônio Paulo. *Uma poética do genocídio*. Topbooks Editora. Rio de Janeiro, 1998.
- GRAJUNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- GUAJAJARA, Kaê. *Descomplicando com Kaê Guajajara: o que você precisa saber sobre os povos originários e como ajudar na luta antirracista*. Rio de Janeiro: Azuru, 2020.
- JECUPÉ, Kaká Werá. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. São Paulo: Peirópolis, 1998.
- KRENAK, Ailton. Entrevistas e palestras. In: WERÁ, Kaká (Org.). *Ailton Krenak*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue editorial. Coleção Tembetá, 2017.
- KRENAK, Ailton. Ecologia Política. *Ethnoscintia*, v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscintia/article/view/10225/Krenak%202018>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- MACIEL, Maria Esther. *Animalidades: zooliteratura e os limites do humano*. São Paulo: Editora Instante, 2023.
- TUXÁ, Ezequiel Vitor. *O que falam as águas?* Salvador, BA: EDITORA/Sociedade da Prensa, 2022. (Coleção Livro-Lugar).
- UYÁ. Entrevista concedida a Luiz Camillo Osorio. In: Instituto PIPA. *Prêmio PIPA* – Rio de Janeiro: Instituto PIPA, 2022, p. 72-77.